

EDITORIAL

O segundo semestre de 2014 é marcado, entre outros fatos relevantes no Brasil, pelo processo eleitoral que culminou, após uma acirrada disputa, com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, indicando assim um ciclo de 16 anos no poder da coalização política liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Para muitos analistas, o período em curso é marcado pela ascensão do “novo-desenvolvimentismo” como principal estratégia para o enfrentamento da crise que atinge a economia brasileira. Contudo, o que se assistiu ao “apagar das luzes” de 2014 foi a nomeação de uma nova equipe econômica para promover um ajuste fiscal aos moldes neoliberais e a edição de duas medidas provisórias que restringem e cortam direitos dos/as trabalhadores/as, como: seguro-desemprego, pensões, auxílio-acidente, abono salarial, entre outros.

Nesta edição da revista *SER Social* (v. 16, n. 35), do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), cujo tema central é “Política Social e o Desenvolvimentismo”, são apresentados artigos de pesquisadores, profissionais e estudantes, que analisam os padrões, avanços, retrocessos, características, perspectivas e limites colocados para a política social brasileira com o chamado novo-desenvolvimentismo.

Para tanto, a seção Debates da *SER Social* traz o artigo “Fragmentação da luta política e agenda de desenvolvimento”, do prof. Eduardo Fagnani. O texto parte da constatação de que o papel da democracia foi mitigado sob a hegemonia do capital financeiro e do pensamento neoliberal. Para o autor, nas últimas décadas, o campo progressista deixou de tratar dos grandes temas nacionais relacionados ao enfrentamento do subdesenvolvimento político, econômico e social do país com a fragmentação da luta política em torno de pautas setoriais específicas prevalecendo ante o debate de temas estruturais. Para Fagnani, o desafio do campo progressista é ampliar os diálogos na pers-

pectiva de construir consensos para a formulação de um projeto nacional de combate às diversas faces das desigualdades sociais, o que demanda a construção de um campo de alianças e debates públicos cada vez mais ampliados. Para tanto, o autor sugere pontos de uma agenda sobre a dimensão social do desenvolvimento.

Debatendo com o artigo de Fagnani, Rodrigo Castelo, em seu texto “Estado, transformismo e supremacia rentista no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo”, destaca que a unidade entre as forças de esquerda no Brasil é uma tarefa urgente, não somente para combater o avanço da direita e seus extremistas, mas para colocar em tela o projeto autônomo dos interesses históricos da classe trabalhadora. Com isso, para Castelo é preciso se ter clareza de quais forças sociais poderão compor uma nova unidade dos trabalhadores urbanos e rurais, necessária para os enfrentamentos em um cenário político cada vez mais polarizado.

Esta seção Debate também conta com o artigo “Reforma política, neodesenvolvimentismo e classes sociais”, de Tatiana Berringer. O texto expõe divergências com as caracterizações de novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo, para então destacar que a bandeira de luta da reforma política deve estar conectada a um processo político mais amplo que a estratégia da social-democracia.

A seção Artigos Temáticos sobre “Política Social e Desenvolvimentismo” conta com quatro artigos. “Pobreza e cidadania em tempos de neodesenvolvimentismo no Brasil”, de Salviana Sousa e Maria Pereira, apresenta uma reflexão a partir do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que articula a pobreza e cidadania e a pobreza e neodesenvolvimentismo como modelos políticos adotados pelos governos brasileiros nas duas últimas décadas. Já o texto de Mably Tenenblat, “Financeirização do capital e questão social no contexto do novo-desenvolvimentismo”, problematiza o fenômeno da mundialização financeira e o recrudescimento da questão social brasileira na cena contemporânea, tendo como pano de fundo o chamado novo- desen-

volvimentismo. Andréa Silva, Bruna de Lima e Luciana Simião com “Neodesenvolvimentismo: uma velha roupa colorida? Uma análise crítica das políticas sociais para as cidades” destacam que associado ao modelo neoliberal, a perspectiva do desenvolvimento no campo das políticas sociais é resgatada, sob nova roupagem, denominada neodesenvolvimentismo. O artigo das autoras identifica um quadro de desmonte de direitos historicamente conquistados, sinalizando a necessidade de uma articulação de forças para a construção de uma alternativa anticapitalista. No fechamento da seção, “A política de assistência social brasileira e o ‘neodesenvolvimentismo’: notas ao debate”, de Mossicleia Silva, discute a atual configuração política de assistência social, partindo do pressuposto de que existe um processo de tensionamento desta política, que se expressa nas importantes diferenças em termos de recursos investidos na implementação do Sistema Único de Assistência Social, incapaz de financiar a consolidação de uma rede de serviços socioassistenciais pública e de qualidade, e os largos investimentos em Programas de Transferência de Renda.

A *SER Social* publica, também nesta edição, em Temas Livres, três artigos. O primeiro “O Serviço Social na Política Nacional de Recursos Hídricos: demandas e desafios de atuação na perspectiva do usuário”, de Desiree Rabelo, Sheila Lopes e Taísa Proêza, trata de um assunto relevante na atual conjuntura, chamando a atenção para a defesa do direito à água, como campo de atenção e atuação do Serviço Social. O outro artigo é intitulado “O processo de trabalho em empreendimentos vinculados ao programa de economia solidária”, de autoria de Caroline Goerck e Fabio Gaviraghi, e analisa as cooperativas e associações de trabalho que foram criadas no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das formas de gerar trabalho e renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Fechando a seção temos “Parcelamento fundiário da cidade de Ponta de Pedras (PA): uma abordagem metodológica”, de Jéssica Mendes e Sandra Costa. As autoras apresentam uma proposta metodológica para analisar o processo de parcelamento da terra urbana naquele município.

Além destes artigos, esta edição, apresenta uma resenha feita por Carla de Paulo sobre o livro *Trabalho e neodesenvolvimentismo*, de Giovanni Alves.

Com esta publicação esperamos contribuir com as análises e reflexões com o debate em curso sobre o desenvolvimentismo e as políticas sociais brasileiras perante a crise que atinge o capitalismo contemporâneo.

Boa leitura!

Comissão Editorial

SER Social